



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES

OUIDOR-SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - Presidente
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO
DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO
DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTE
CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO
DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ
DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 14 DE MARÇO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4387/2012.

Interessado: Dra. Ângela M. Sobreira D. Tavares, Juíza de Direito do Estado do Ceará.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DPO e DCF para informar.

Proc: 4895/2012.

Interessado: Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Em face da manifestação da Dra. Alba Nivea de Barros Mendes, às fls. 77/79, retornem os autos à Assessoria Técnica.

Proc: 4985/2012.

Interessado: Dr. Luis Fausto Dias de Valois Santos, Promotor de Justiça do Estado de Sergipe.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DPO e DCF para informar.

Proc: 5167/2012.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativa - PGJ

Assunto: Autorização para contratação direta.

Despacho: À Diretoria Geral para as medidas sugeridas pela douda Consultoria Jurídica, no parecer de fls. 21/24.

Proc: 190/2013.

Interessado: Jackson Costa dos Santos, Encarregado do Setor de Transportes da Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de autorização para contratar.

Despacho: Acolho a manifestação da Consultoria Jurídica, à fl. 31. À DG para as medidas cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 278/2013.

Interessado: Josefa Maria Batista.

Assunto: Requerimento de tratamento médico.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, e de traslado à Defensoria Pública de Alagoas.

Proc: 533/2013.

Interessado: Marcel de Castro Vasconcelos, Diretor de Gerenciamento de Informática Pessoal desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Autorização de pagamento.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo- Aquisição de certificados digitais padrão ICP-Brasil, tipo A3, e mídias criptográficas USB ("tokens") para acesso ao sistema E-SAJ. Apresentação do Termo de Referência. Orçamento nº 015/2013 elaborado pelo setor de compras. Parecer sobre a necessidade do quantitativo parcial da contratação pela Diretoria do Centro de Gerenciamento de Informática e do Coordenador do Convênio nº 01/2011, firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Informação de existência de disponibilidade financeira e orçamentária e juntada das certidões fiscais da empresa ora habilitada. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta junto a empresa Dinâmica Serviços Especializados Ltda- ME, perfazendo o valor global de R\$ 3.290,00 (três mil, duzentos e noventa reais). Pelo deferimento."

Proc: 720/2013.

Interessado: Dra. Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Diretora da Escola Superior do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral à fl. 10, de que foi atendido o requerido, archive-se.

Proc: 788/2013.

Interessado: Ivan de Holanda Montenegro, Diretor de Apoio Administrativo desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de anotação em ficha funcional.

Despacho: Em face da manifestação da Consultoria Jurídica, à fl. 13, defiro o pleito. À Diretoria de Pessoal para as medidas cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 854/2013.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Em face da publicação solicitada ter sido efetuada no DOE do dia 01 de março do corrente ano, restou providenciado o pedido. Archive-se.

Proc: 1082/2013.

Interessado: Adeilton Santos da Silva.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douda Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1121/2013.

Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias escalonadas para o mês de março de 2009, período aquisitivo 2008, para serem usufruídas no mês de março do corrente ano.

Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 1124/2013.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Proc. n° 1.11.000.001552/2012-48).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1138/2013.

Interessado: Sigiloso.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1152/2013.

Interessado: Dra. Delma Maria Costa de Azevedo Pantaleão, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de férias escalonadas para os meses de janeiro e fevereiro de 2013, período aquisitivo 2012, para serem usufruídas nos meses de março e abril do corrente ano.
Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 14 de março de 2013.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 237,
DE 14 DE MARÇO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE convocar o Dr. MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA, 9º Promotor de Justiça de Maceió, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 6ª Procuradoria de Justiça Criminal, de 2ª instância, durante a licença médica do titular. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 238,
DE 14 DE MARÇO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO, 13º Promotor de Justiça de Maceió, para atuar como gestor estadual perante a Estratégia Nacional de Defesa da Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 239,
DE 14 DE MARÇO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar a Dra. ALEXANDRA BEURLEN, 11ª Promotora de Justiça de Maceió, para atuar como gestora estadual perante a Estratégia Nacional de Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 240,
DE 14 DE MARÇO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. WLADIMIR BESSA DA CRUZ, 7º Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para, sem prejuízo de suas atuais funções, atuar junto às 9ª, 10ª e 11ª Varas Cíveis Residenciais da Capital, durante as férias do Promotor de Justiça designado.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 241,
DE 14 DE MARÇO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 62, § 3º da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, Analista do Ministério Público - Gestão Pública, referentes ao mês de janeiro, com efeitos retroativos ao dia 25 de fevereiro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 242,
DE 14 DE MARÇO DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. ANTÔNIO LUIZ DOS SANTOS FILHO, 2º Promotor de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, para responder, cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela 5ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, durante as férias da Promotora de Justiça titular. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2013

O Chefe da Seção de Licitações do Ministério Público Estadual torna público e para conhecimento dos interessados que realizará licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:

OBJETO: Aquisição de 03 (três) veículos novos (consoante Deliberação CONTRAN n° 64/2008 – Anexo 2.12), ano 2013, modelo 2013, com licenciamento, para atender às necessidades dos serviços da Procuradoria-Geral de Justiça, nas condições especificadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. TIPO: Menor preço do lote.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: De 15/03/2013 a 01/04/2013, às 08 horas (horário de Brasília-DF).

DATA DA SESSÃO DE LANCES: 01/04/2013, às 09 horas (horário de Brasília-DF).

ESCLARECIMENTOS: Segundo andar do Edifício-Sede do Ministério Público/AL, na rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço, Maceió/AL, na Sala da Seção de Licitações, pelo fone (82) 2122-3541, no horário das 08 às 12h de segundas às sextas-feiras, ou pelo e-mail cpl@mp.al.gov.br
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br e www.mp.al.gov.br.

Maceió, 15 de março de 2013.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Chefe da Seção de Licitações

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas
Aprovada na Reunião do dia 13.03.2013

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (05.12.2012), às 15 (quinze) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n° 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luciano Chagas da Silva, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Walber José Valente de Lima, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, José Artur Melo, e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Doutor Eduardo Tavares Mendes, agradeceu a presença de todos e, tendo constatado o quórum necessário, declarou aberta a Sessão. Pela ordem, o Presidente da Sessão pediu licença ao Colegiado para noticiar o cronograma dos festejos do dia de amanhã. Em seguida propôs ao Colegiado os nomes dos Promotores de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto e Karla Padilha Rebelo Marques para receberem a Medalha Mérito, instituída pela Resolução CPJ n° 09/2011, alterada pela Resolução CPJ n° 12/2012. Em ato contínuo o Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque propôs para o mesmo fim o nome do Promotor de Justiça Sidrack José do Nascimento. Por sua vez, pela ordem, o Procurador de Justiça Luciano Chagas da Silva propôs o nome do Promotor de Justiça Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza para receber a citada Medalha. Com a palavra o Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino parabenizou a iniciativa dos Procuradores de Justiça proponentes, solidarizando-se com eles nas referidas indicações, acolhendo inclusive a sugestão do Procurador-Geral de Justiça Eduardo Tavares Mendes, que neste momento sugeriu-lhe que indicasse o nome do Promotor de Justiça Luciano Romero da Matta Monteiro para receber a Medalha Mérito. Disse então o Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino que estava muito feliz pelo reconhecimento dos serviços prestados por estas pessoas, inclusive porque dos nomes até então indicados, três haviam sido nomeados por ele. Lembrou ainda o trabalho desenvolvido pelo o Promotor de Justiça Luiz José Gomes de Vasconcelos à frente do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GE-COC, sendo neste átimo indicado o Doutor Luiz Vasconcelos para o recebimento da Medalha Mérito pelo

Procurador de Justiça Vicente Felix Correia. Em votação os nomes propostos, o Colegiado aprovou todos os indicados para receberem a Medalha Mérito, à unanimidade, a saber: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Karla Padilha Rebelo Marques, Sidrack José do Nascimento, Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza, Luciano Romero da Matta Monteiro e Luiz José Gomes de Vasconcelos, determinando ainda que fossem editadas as respectivas Resoluções de concessão da Medalha Mérito, conforme os fundamentos que deram azo às outorgas. Mandou então o Presidente da Sessão que o Secretário do Colégio lesse a ordem do dia, passando ele a lê-la: 1. apreciação do conteúdo e redação do extrato da Ata da Sessão realizada em 05.09.2012, entregue com a pauta da sessão agendada para o dia 26.11.2012; 2. apreciação do conteúdo e redação do extrato da Ata da Sessão realizada em 12.11.2012, entregue com a pauta da sessão agendada para o dia 26.11.2012; 3. Apreciação, para eventual referendo da Resolução CPJ n° 13/2012, que regulamenta a eleição para a escolha dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público, entregue com a pauta da sessão agendada para o dia 26.11.2012; 4. A apreciação da Minuta de Resolução do CPJ que estabelece o ordenamento das Promotorias de Justiça da Capital e altera algumas das atribuições, anexa à pauta; 5. O sorteio do Processo n° PGJ-4581/2012. Interessado: Andreson Charles Silva Chaves. Assunto: Consulta sobre eventual impedimento de Órgão Ministerial exercer cargo de Conselheiro Municipal de Segurança e sua hipotética presidência, e 6. O conhecimento e a apreciação dos itens 3.5.1 “h” e 3.5.1 “i” do controle das determinações expressas no relatório conclusivo – MPE/AL, cuja deliberação no âmbito do MPE/AL foi tomada nos autos do Processo n° PGJ – 4147/2012. Despacho e folha de itens anexos. Apreciados em bloco os itens 1 e 2, foram aprovados à unanimidade. Analisado o item 3, foi proposto pelo Procurador de Justiça Vicente Felix Correia a alteração do artigo 7º Resolução CPJ n° 13/2012, com a seguinte redação: ‘Concorrerão à eleição os Procuradores de Justiça elegíveis que não tenham renunciado à elegibilidade, por escrito, até às treze horas e trinta minutos do dia 14 de dezembro de 2012.’ Em discussão, nada foi acrescentado. Em votação, esta alteração e redação foram aprovadas à unanimidade. Em razão da necessidade de ser formada a Comissão Eleitoral para a eleição do Conselho Superior do Ministério Público, o Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino propôs os nomes dos mesmos que trabalharam na eleição para formação da lista tríplice visando à nomeação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Em que pese esta proposição, foram indicados e aprovados à unanimidade os nomes do Procurador-Geral de Justiça Eduardo Tavares Mendes, como Presidente da Comissão Eleitoral, e os nomes dos Promotores de Justiça Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza, Sidrack José do Nascimento e Luciano Romero da Matta Monteiro, como demais membros desta Comissão. Em apreciação o item 4 da pauta, que trata da Minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que estabelece o ordenamento das Promotorias de Justiça da Capital e altera algumas atribuições. O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, Antiógenes Marques de Lira, disse que realmente se faz mister uma reengenharia das Promotorias de Justiça da Capital, devendo esta seguir os ditames da impessoalidade, inclusive quanto à nova divisão de atribuições, que deveria seguir critérios firmados pelos Recursos Humanos e não embasada em critérios dos antigos Departamentos de Pessoal. O Procurador de Justiça Vicente Felix Correia disse que todas as Promotorias de Justiça deveriam ter atribuições judiciais, ficando vinculada a uma Vara Judicial e, ainda, a outras atribuições que a Vara quiçá não tenha. Diante destes argumentos, o Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino propôs que tal matéria fosse discutida e

deliberada na próxima Sessão, o que foi acolhido à unanimidade pelo Colegiado. Em discussão o item 5 da pauta, que trata do sorteio do Processo nº PGJ-4581/2012, cujo conteúdo, em síntese, cuida de consulta sobre o eventual impedimento de Órgão Ministerial exercer o cargo de Conselheiro Municipal de Segurança e sua hipotética presidência, a Corregedoria-Geral do Ministério Público, por seu Corregedor Antiógenes Marques de Lira, explicou a formulação do consulente e destacou que em sua decisão orientou o Promotor de Justiça consulente que ele deveria se afastar do citado Conselho, vez que uma lei municipal não poderia delegar poderes a Membro do Ministério Público. Recomendou inclusive a análise da Lei Municipal pela Procuradoria-Geral de Justiça para verificar sua constitucionalidade. Dito isto, o Colegiado acolheu a deliberação da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, à unanimidade. Deliberou ainda que o citado Processo deveria ser sorteado a fim de que a decisão final sobre esta matéria fosse do Colegiado. Procedido então o sorteio, foi sorteado o nome do Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima para ser o relator. Em análise o item 6 da pauta, foi aberta a discussão sobre a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público que trata da designação de Promotor de Justiça para exercer o cargo de Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça. Com a palavra o Procurador de Justiça Antiógenes Marques de Lira disse que cada Estado da Federação tem suas peculiaridades e por isso também gozam de autonomia legislativa. Assim, tal a matéria há de ser analisada em razão do disposto no art. 116 da Lei Complementar Estadual nº 15/96 combinado com o art. 3º do Regimento do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas. Deste modo, estes diplomas legais deixam patente que cabe ao Procurador-Geral de Justiça designar membro do Ministério Público de 3ª entrância para exercer a função de Secretário deste Órgão Colegiado, não lhe cabendo designar Membro do Ministério Público de 2ª Instância para este mister. No mesmo sentido se manifestaram os Procuradores de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Vicente Felix Correia. Em votação esta matéria, o Colegiado em razão: a) da parcela de soberania que gozam os Estados, ante o princípio federativo, b) da autonomia dos Ministérios Público e c) da legislação vigente no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e d) das peculiaridades da Instituição Parquetina Alagoana, deliberou pelo não acolhimento da citada recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público. Aberta a fase de comunicações, o Procurador-Geral de Justiça parabenizou a todos os que se candidataram para a formação da lista triplíce que visa a nomeação pelo Governador do Estado de Alagoas para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, manifestando o seu total apoio ao Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, dizendo que chegou a sua vez, e chega à chefia do Ministério Público Alagoano na melhor hora, hora de paz e harmonia nesta Instituição. Destacou seu preparo, lealdade e equilíbrio, lembrando ainda que o Estado de Alagoas está de parabéns com a sua futura nomeação. Agradeceu finalmente a profícua participação deste Colegiado na Administração do Ministério Público. Com a palavra o Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque asseverou que o Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá é um dos Membros mais preparados do Ministério Público Brasileiro. Disse ainda que esta à sua disposição na Corregedoria-Geral. O Procurador de Justiça Antiógenes Marques de Lira externou sua alegria pela eleição do Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque como futuro Corregedor-Geral, assinalando que ele já começou bem, pois será um dos membros da Diretoria do Colégio de Corregedores-Gerais do Ministério Público, o que só engrandecerá a Instituição Ministerial Alagoana. O Procurador de

Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto ratificou as palavras dos que o antecederam, acrescentando que o Brasil também ganhou com as nomeações em face de os eleitos passarem a integrar os respectivos Colegiados Nacionais. Destacou ainda que esteve na Cidade de Arapiraca para participar da inauguração do novo prédio da Associação dos Deficientes Físicos e Mentais de Arapiraca, cujo imóvel se deve em muito ao empenho do Vereador do citado Município Daniel Rocha, para o qual pede votos de felicitação por este esforço, por parte deste Colegiado. Em votação esta proposta, foi acolhida à unanimidade, sendo determinada a expedição de ofício neste sentido. O Procurador de Justiça José Artur Melo também reiterou as palavras dos que lhe antecederam, acrescentando que conhece do amor do Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá pela Instituição Ministerial. Propôs ainda o nome do Desembargador Federal Paulo Roberto Oliveira Lima para o recebimento da Medalha Mérito. O Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros relembrou o tempo em que ele e o Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá debruçavam-se nos compêndios do Professor Roberto Lira, época em que estudavam na mesma sala do Curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Agradeceu-lhe então o incetivo pelos estudos e consequente ingresso no Ministério Público nos idos de 1973, primeiro como adjunto de Promotor de Justiça e, ao depois, como Promotor de Justiça. E, assim, por conhecê-lo tão bem, é que está cômico da profícua administração do Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá à frente do Ministério Público do Estado de Alagoas. Parabenizou-lhe e desejou-lhe sucesso nesta nova missão. Doutor Luciano Chagas além de parabenizar o Doutor Sérgio, propôs e foi acolhido à unanimidade votos de congratulações pela votação que ele obteve no pleito eleitoral. O Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima ratificou as palavras que disse no período da manhã quando da Sessão do Conselho Superior do Ministério Público. O Procurador de Justiça lembrou quando o Dr. Sérgio foi Presidente da AMPAL, sendo à época, como é hoje, homem de caráter forte, mas de grande galhardia. Falou também, por consentimento da Presidência, o Secretário do Colégio, Promotor de Justiça Antonio Sodrê de Souza, que desejou grande sucesso nesta nova jornada ao futuro Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a esta Sessão encerrada, determinando a lavratura de Ata em extrato, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodrê Valentim de Souza
Secretário do CPJ/MPE/AL

Ata da 6ª Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas
Aprovada na Reunião do dia 13.03.2013

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (17.12.2012), às 10 (dez) horas e 30 (trinta) minutos, no Auditório Edgar Valente de Lima, localizado no quinto (5º) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Lu-

ciano Chagas da Silva, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Artran de Pereira Monte, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Doutor Eduardo Tavares Mendes, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a Reunião. Pela ordem, o Presidente da Sessão pediu licença ao Colegiado para noticiar que na data de ontem, 16 (dezesesseis) de dezembro do ano de dois mil e doze (16.12.2012), esteve na cidade de Traipu, Alagoas, quando naquela oportunidade recebeu uma placa que homenageava a atual gestão do Ministério Público do Estado de Alagoas e que hoje, nesta Sessão, mais uma vez a Instituição Ministerial Alagoana seria homenageada pelo mesmo motivo. Determinou então o Excelentíssimo Presidente a leitura da Ordem do dia pelo Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, a saber: a) Apreciação da posse do novel Procurador de Justiça Marcos Barros Méro perante o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Eduardo Tavares Mendes, o Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, e o Procurador de Justiça Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, conforme ato lavrado na datado de 13 de dezembro de 2012; b) Concessão da Medalha Mérito ao Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá e ao Procurador de Justiça Marcos Barros Méro, e c) Recebimento pelo Ministério Público do Estado de Alagoas do "Prêmio José Apriégio Vilela de Gestão Pública Responsável e Empreendedora" instituído pelo Instituto Cidadão, presidido pelo Doutor Pedro Oliveira. Lida a ordem do dia, o Presidente solicitou aos Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Dilmar Lopes Camerino, e Dennis Lima Calheiros que introduzissem o novel Procurador de Justiça Marcos Barros Méro a fim de que tomasse assento neste Colegiado. Introduzido e assentado, foi entoado o Hino Nacional. Em seguida foram registradas as presenças da Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMPAL, Promotora de Justiça Adilza Inácio de Freitas, dos Doutores Diógenes Tenório Júnior, Adelmo Cabral, e dos Procuradores do Estado de Alagoas Ricardo Barros Méro e Carlos Barros Méro. Determinada a leitura do Termo de Posse do Doutor Marcos Barros Méro, esta foi realizada pelo Secretário deste Colégio. Concedida então a palavra a Presidente da AMPAL, a Doutora Adilza Inácio de Freitas, em síntese apertada, cumprimentou o novel Procurador de Justiça destacando o orgulho de tê-lo como associado da AMPAL. Finalmente o parabenizou pela ascensão ao novo cargo. Logo após, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, em nome do colégio de Procuradores de Justiça, saudou o Procurador de Justiça Marcos Barros Méro dizendo: "Cumprindo a formalidade protocolar de que o mais moderno integrante deste colegiado deve saudar o novo integrante, apesar de ser um dos mais velhos em idade, tenho a subida honra de dar as boas vindas a V. Exa., que chega às vésperas de complementar 25 anos de Ministério Público, uma vez que foi nomeado no dia 20 de janeiro de 1987 e tomou posse no cargo de Promotor de Justiça substituído no dia 23 do mesmo mês. Foi designado para a Promotoria de São José da Tapera. Em março de 1987 foi removido para a Promotoria de Delmiro Gouveia. Em março do ano seguinte foi removido para a Promotoria de Piaçabuçu. Promovido, em março 1994 pelo critério de merecimento para a Promotoria de Justiça de 2ª entrância lotado na circunscrição sede de Penedo. Logo em seguida foi removido pelo critério de merecimento para a circunscrição sede de Palmeiras dos Índios, de igual entrância. Em março de 1995

foi promovido pelo critério de antiguidade para Promotoria de Justiça substituído de 3ª entrância. Em agosto de 1997 foi removido por merecimento para 14ª Promotoria de Justiça da Capital, de igual entrância. Em maio de 2002 foi transferido por permuta para a 9ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Em junho de 2002 foi removido pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Municipal em Maceió, onde atuava até ser promovido pelo critério de merecimento para o Colégio de Procuradores. Em sua extensa folha de serviço prestado ao Ministério Público Alagoano o Dr. Marcos Barros Méro, segundo as informações prestadas pela Diretoria de Pessoal, desempenhou as funções de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral; Secretário deste Colegiado; Secretário Geral da Procuradoria-Geral de Justiça por duas ocasiões; assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público; Procurador de Justiça convocado durante o afastamento do Procurador Pedro Macedo; Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça em diversas gestões; integrou a lista sêxtupla formada pelo Ministério Público Alagoano para pleitear vaga no Superior Tribunal de Justiça, em 1991; Supervisor do sítio do Ministério Público de Alagoas; integrante de Comissão Processante Disciplinar; foi designado pela portaria 063/03, para elaborar trabalho com vista a adequada distribuição dos Servidores Administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça; respondeu pela Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público; participou da comissão presidida pelo Procurador de Justiça Luciano Chagas da Silva na elaboração do anteprojeto que adaptou à legislação do Ministério Público o novo código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas; foi membro titular do Conselho de Administração de Previdência para a execução das ações previdenciárias do AL Previdência e ao fundo previdenciário do Estado de Alagoas; foi Coordenador da Promotoria Coletiva da Fazenda Municipal. A atuação do Dr. Marcos Barros Méro ao longo dos 25 anos nunca submeteu sua capacidade intelectual, sendo por isso respeitado por suas convicções sempre atuando de acordo com a sua consciência comprometida com o imperativo da lei a que todos nós estamos vinculados. Estes vínculos dão sustentação à independência funcional e não permitem ao membro do Ministério Público receber sugestões, recomendações ou ordens, sob qualquer argumento, para agir deste ou daquele modo, em suas manifestações, sob pena de macular a autonomia ministerial. 'a manifestação processual do órgão do parquet, portanto, decorrerá de sua convicção' (in rt 692/23 o Ministério Público e a Reforma Constitucional). Ao longo dos anos verifica-se que a atuação do V. Exa. seguiu à risca a conduta que se espera de um bom Promotor de Justiça que deve ser comprometido só, tão-somente, com a Ordem Jurídica, com o Regime Democrático e com os Interesses Indisponíveis da Sociedade. V. Exa. jamais foi um Promotor 'do nada a opor', 'do nada a requerer', 'do pelo prosseguimento', por isso é respeitado e admirado pelos demais integrantes da instituição a que pertence e pela sociedade alagoana de modo geral. O Ministério Público na concepção do saudoso jurista Roberto Lyra 'é a guarda avançada da democracia, que procura resolver os problemas através da lei. Aos seus membros cabe a atitude ativa e dinâmica de verdadeiros magistrados de pé (daí os franceses denominarem de magistrature débout). Sim. De pé em cumprimento do dever; de pé pra defender o povo; de pé para atacar o malvado e mentiroso; de pé para reprimir o violento, combater o corrupto e proteger o homem pacífico; de pé em luta pelo direito; de pé para servir à justiça e buscá-la; de pé para o triunfo da verdade.' Por entender oportuno transcrevo parte do discurso proferido por Steve Jobs na Universidade de Stanford. Afirmou ele que quando tinha 17 anos leu a seguinte frase: 'se você viver cada dia como se fosse o último, um dia ele será real-

mente o último' a partir daí toda manhã diante do espelho se perguntava – 'se hoje fosse o meu último dia, eu gostaria de fazer o que farei hoje?' E se a resposta é 'não' por muitos dias seguidos, sei que preciso mudar alguma coisa. 'Lembrar que estarei morto em breve é a ferramenta mais importante que já encontrei para me ajudar a tomar grandes decisões. Porque quase tudo – expectativas externas, orgulho, medo de passar vergonha ou falhar – caem diante da morte, deixando apenas o que é mais importante. Não há razão para não seguir o seu coração'. Encontrar o que você ama, é ser feliz. Não devemos abrir mão de sonhar com a felicidade para poder alcançá-la. Este sonho contudo, deve reger-se pela ética e a moral, o respeito ao próximo e da boa convivência. A presença de V. Exa. engrandece este colegiado. Empréstará sua inteligência e o seu bom senso na condução do Ministério Público Alagoano. Estou feliz com a vossa chegada e, mais ainda, por ter colaborado efetivamente para isso. O Colégio de Procuradores só tem a ganhar com a vossa presença. Seja bem vindo, Deus o proteja e o ilumine nas decisões que haverá de tomar como integrante da Administração Superior do Ministério Público Alagoano". Depois desta saudação, o Presidente da Sessão anunciou a entrega da Medalha Mérito para o Procurador de Justiça Marcos Barros Méro, e, outrossim, para o Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Apostas as medalhas, respectivamente, pela esposa do Doutor Marcos Barros Méro, Senhora Consinha Sarmento Méro, e pelo Doutor Dilmar Lopes Camerino, foi concedida a palavra ao novel Procurador, que passou a sua oração dizendo: "Eminente Senhor Procurador-Geral de Justiça: Caríssimos Procuradores de Justiça e demais membros do Ministério Público local: Excelentíssimos Senhores Advogados, nobres integrantes do Ministério Público de Contas e preclaros Magistrados: Demais autoridades aqui presentes: Operosos servidores desta valorosa Instituição: Meus queridos familiares, os quais saúdo através de Consinha, minha dileta esposa, ponto central da minha vida e com quem tenho a imensa alegria de comemorar, coincidentemente hoje, 35 anos de vida matrimonial: Minhas senhoras e meus senhores: A inspirada poeta Cora Coralina, reescrevendo o que já ensina a milenar sabedoria chinesa, adverte que: O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Mas jamais poderemos negar que não há caminho que não tenha começos com um primeiro passo, aliás o mais importante, no pensar de Vinícius de Moraes. E é por isso mesmo que, após longa vivência no Ministério Público, sempre volto os olhos para o nosso primeiro encontro, isso nos hoje distantes idos de 1974, quando se inaugurou o meu exercício como Adjunto de Promotor na Comarca de Igreja Nova. Sim, pois que oportunidade em tudo e por tudo para mim verdadeiramente construtiva. De um lado, na medida em que se fez estimuladora dos meus estudos no campo do Direito. De outro, quando me propiciou singular e valiosa experiência de vida, máxime quando era ainda tão jovem. Finalmente, porque a plantar em mim a firme disposição de definitivamente integrar-me nesta combativa Instituição. Com efeito, logo mais graduado e desde então a autonomamente operar o direito, vinculei os meus esforços profissionais, inicialmente, à representação e à defesa de interesses privados. Mas não titubeei quando, em ciente da convocação de concurso público para ingresso no Ministério Público, neste me inscrevi, nele concorri, fui aprovado e finalmente nomeado para o cargo de Promotor de Justiça substituto. A partir de então o longo, nem sempre fácil e por vezes espinhoso percurso pelas Comarcas de Olho d'Água das Flores, Delmiro Gouveia, onde me titularizei, Piaçabuçu, Palmeira dos Índios, Viçosa, Atalaia, Arapiraca e finalmente Maceió, sendo de anotar que, quando na primeira, a responder pelos feitos vinculados à Comarca de São José da Tapera, à época ainda em processo de implan-

tação. E como entreatos no cenário do meu desempenho como membro do Ministério Público, minhas presenças, nesta Procuradoria-Geral de Justiça, a exercer, sucessivamente, os cargos de Assessor de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Secretário-Geral desta Procuradoria, Secretário, por mais de uma vez, do Colégio de Procuradores de Justiça, Membro integrante da Assessoria Técnica do Procurador-Geral de Justiça, Secretário, também por mais de uma vez, do Conselho Superior do Ministério Público, Secretário da Corregedoria-Geral do Ministério Público, Diretor de Redação do Jornal do Ministério Público, Supervisor do Site do Ministério Público, Coordenador do Programa Televisivo do Ministério Público intitulado "Cidadania é Direito", Membro Titular representante do Ministério Público no Conselho de Administração da Superintendência de Previdência para a execução das Ações Previdenciárias inerentes ao AL Previdência e ao Fundo de Previdência de Alagoas, Presidente do Conselho Editorial do Jornal do Ministério Público e Agente do processo de estruturação física, Organizador do acervo e Coordenador da Biblioteca Ernani Méro, do Ministério Público Estadual. De mais a mais, nunca me furtei a cumprir, individualmente, relevantes missões que me foram cometidas, tantas vezes a responder pela concepção e pela redação de instrumentos normativos que, mais tarde formalizados, ainda hoje regem esta Casa. Inclusive, seja permitido ressaltar, aquele que resultou na geração da bandeira e do brasão do Ministério Público nas Alagoas. Chego, portanto, à cúpula do Ministério Público, com a minha frente erguida, eis que cômico do dever cumprido e após vasta estrada profissional percorrida, história, garanto, escrita com dedicação, com probidade, com prudência, com independência e com inarredável apreço ao ideal de Justiça. Mas chego com a consciência daquele lendário pastor, talvez persa, que tendo sido erguido à alçada função de Ministro do Reino, mantinha escondida, em um canto qualquer, a gasta e pobre túnica que no passado envergara, de modo a que, a ela sempre revendo, não viesse, iludido pela nobreza do seu novo estado, a se esquecer das suas humildes origens. É certo que dificuldades e incompreensões tiveram de ser suportadas, mas confesso que não guardo ressentimentos, mesmo porque guardo comigo a lição, trazida pelo magistério de Ernani Méro, meu pai, de que não há de ser grande quem se deixa inflamar pela pequenez alheia. Afinal de contas, fiquemos com a sabedoria de William Shakespeare: Sendo o fim doce, que importa que o começo amargo fosse? Bem está o que bem acaba? Portanto, meu eterno reconhecimento a todos e a cada um dos que tomaram parte, num esforço comum, por esse meu sucesso e graças e louvores a Deus Pai Todo Poderoso que a tudo presidiu e consentiu. Muito obrigado." Passou-se então ao item "c" da pauta, vale dizer, do recebimento pelo Ministério Público do Estado de Alagoas do "Prêmio José Aprígio Vilela de Gestão Pública Responsável e Empreendedora", instituído pelo Instituto Cidadão. Concedida a palavra para o Doutor Pedro Oliveira, presidente do Instituto Cidadão, proferiu o seguinte discurso: "Meus senhores, o momento que vivenciamos tem uma simbolização especial para o Instituto Cidadão. Pela primeira vez o Prêmio José Aprígio Vilela de Gestão Pública Responsável e Empreendedora é entregue a uma personalidade pública e uma instituição estadual. Criado no ano de 2006 a outorga tem sido feita até então a municípios e gestores municipais cujas administrações tenham demonstrado mais destaques em ações de cidadania, programas de interesse comunitário e obediência aos princípios da moralidade e da legalidade. O regulamento do prêmio permite que a homenagem também possa ser feita a instituições ou personalidades da administração pública ou privada que da mesma maneira tenham contribuído direta ou indiretamente para o de-

envolvimento de gestões públicas responsáveis e empreendedoras voltadas para o interesse público. O simbolismo do Prêmio José Aprígio Vilela está refletido na figura do seu patrono uma figura reconhecidamente admirável, com inestimáveis serviços prestados ao Estado de Alagoas, em sua trajetória de vida como empresário vitorioso sempre esteve presente na construção de uma Alagoas melhor e não se furtou sempre que foi chamado a colaborar. Não apenas contribuiu para o desenvolvimento econômico, mas acima de tudo para o empreendimento social, fatos que o tornaram uma referencia quando se fala em defesa da cidadania. Sua ética, seus valores, seu compromisso com atitudes morais e legais servem de exemplo a todos aqueles que administram o público ou o privado. Na última sexta-feira entregamos este mesmo prêmio a cinco municípios alagoanos em uma grande festa na cidade de Piranhas. Também pela primeira vez o prêmio deixou de ser realizado em Maceió para homenagear a administração exemplar da prefeita Mellina Freitas, uma jovem que com competência e empreendedorismo transformou o corpo e a alma de uma cidade encantadora, fazendo-a cruzar fronteiras e mesmo encravada no longínquo sertão, sob a barranca do São Francisco, transformar no terceiro destino turístico mais procurado em Alagoas. Naquela ocasião um emocionado prefeito ao agradecer a homenagem dizia do 'seu sonho em receber o Oscar da Gestão Pública de Alagoas como passou a ser chamado entre eles. Narrou que havia recebido vários prêmios de instituições nacionais e internacionais mas nenhum teria o significado deste que fez jus após 8 anos de boa administração e no final de seu mandato'. Em outra ocasião ao receber a informação de que havia sido agraciado um prefeito entrou em contato com o Instituto Cidadão para saber 'quanto era o valor do prêmio?' Teve a informação de que apenas reunisse seus convidados, colocasse um terno e fosse receber a outorga que mereceu. O presidente do Instituto Cidadão não trata com ninguém da questão escolha dos agraciados e também não revela o nome dos integrantes da comissão de avaliação composta por especialistas criteriosos e abnegados que doam muitas horas de suas vidas atribuladas para cumprir a missão. A Diretoria apenas homologa a decisão. A outorga do Prêmio José Aprígio Vilela ao Procurador-Geral de Justiça e ao Ministério Público de Alagoas tem características emblemáticas. Foi a própria comunidade alagoana quem determinou sua condição para receber a homenagem. Comprovadamente é a instituição pública mais respeitada e acreditada pelos alagoanos. Seu trabalho incansável na preservação dos direitos sociais e na defesa da cidadania plena é uma característica de cada promotor de justiça, de cada procurador, sob o comando firme, eficiente e ético desta bravo agente da moralidade e da legalidade Eduardo Tavares Mendes. Nós apenas chancelamos a voz e a decisão da sociedade alagoana ao prestarmos esta significativa, justa e merecida homenagem temos a convicção de que é Alagoas do bem que aqui está agradecendo ao Ministério Público a proteção a seus direitos e aplaudindo sua incansável luta contra a irresponsabilidade de alguns que por serem marginais têm apenas espaço em uma cela de cadeia ou afastados de suas funções por afrontar o interesse público. Temos profundo orgulho em ter o Ministério Público Estadual como nosso parceiro. O número especial da revista Cidadania & Gestão que os senhores têm em mãos evidencia ações e resultados do trabalho conjunto das duas entidades, voltadas para o interesse da comunidade e o aperfeiçoamento institucional. Temos também a convicção da continuidade dessa união de propósitos na futura administração do Procurador Sérgio Jucá, que no mister de suas atribuições acompanhou de perto o desenrolar dos resultados positivos desta parceria. Meus caros

amigos do Ministério Público, senhoras e senhores. Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade a conquistar parte desses direitos. A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travadas para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania se estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. Esta é a cidadania que defendemos, é a cidadania que praticamos. Em um país de políticos corruptos não pode haver cidadania plena, pois nos são roubados também os direitos sociais. Assusta-nos quando ouvimos um Ministro do Supremo Tribunal Federal declarar que: O Poder Judiciário é o responsável pelo aumento da corrupção no país. Nos amedronta o futuro, quando a cada eleição se constata, com raras exceções, que nada ou quase nada mudará, pois serão eleitos os mesmos, com os mesmos vícios, com os mesmos crimes e com os nossos votos. Diante de tudo isto peço permissão para encerrar repetindo as palavras de Martin Luther King: 'O que me preocupa não é o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos. O que me preocupa é o silêncio dos bons.' Retornada a palavra para o Presidente da Sessão, lembrou o móbil deste prêmio, que não só estar a premiar o gestor mais toda a gestão do Ministério Público quando, a exemplo quando: a) cobra dos gestores a boa aplicação dos recursos públicos, quer seja através de Termos de Ajuste de Conduta, quer propondo Ações de Improbidade; b) desbarata quadrilhas mediante a atuação do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas; c) medeia conflitos no Bairro do Vergel do Lago, em Maceió, Alagoas, por meio do pioneiro trabalho de mediação do Ministério Público, conhecido como MPE Comunitário. Dito isto, agradeceu o prêmio e a presença de todos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura de Ata em extrato, o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do CPJ/MPE/AL

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas
Aprovada na Reunião do dia 13.03.2013

Aos 17 (dezesete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (17.12.2012), às 12 (dez) horas e 30 (trinta) minutos, no Auditório Edgar Valente de Lima, localizado no quinto (5º) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital

do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Eduardo Tavares Mendes, Luciano Chagas da Silva, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Walber José Valente de Lima, Artran de Pereira Monte, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e Marcos Barros Méro. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Doutor Eduardo Tavares Mendes, agradeceu a presença de todos e, constatado o quórum necessário, declarou aberta a Sessão. Mandou então que o Secretário lesse a ordem do dia, a saber: apreciação da Minuta de Resolução do CPJ que estabelece o ordenamento das Promotorias de Justiça da Capital e altera algumas das atribuições de Promotorias de Justiça. Como todos já haviam recebido a citada minuta desde 05 de dezembro de 2012, a palavra foi franqueada. O Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque indagou se as Promotorias de Justiça que estariam sendo modificadas as atribuições laborariam também frente à Justiça, sendo-lhe dito que todas que estariam sendo alteradas teriam atribuições, também, em procedimentos judiciais. O Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima questionou se os Promotores de Justiça foram consultados, tendo o Presidente da Sessão dito que no caso dos Promotores de Justiça do Interior que já tiveram suas atribuições modificadas, todos foram consultados previamente, inclusive, muitos dos que exercitam suas funções perante os Juizados Especiais ficaram satisfeitos e felizes pelas novas atribuições que lhes foram agregadas. Em votação, a Minuta de Resolução do CPJ que estabelece o ordenamento das Promotorias de Justiça da Capital e altera algumas das atribuições de Órgãos Ministeriais foi aprovada à unanimidade. Pela ordem o Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima apresentou em mesa o Processo nº PGJ-4581/2012 e seus apensos, estes sob os números PGJ-4558/2012 e PGJ-4927/2012, para explicar ao Colegiado que havia nos autos notícia de que a matéria em exame estava também sobre o crivo do Conselho Nacional do Ministério Público, razão pela qual entendia que, para não existir decisões conflitantes, o presente feito deveria ser sobrestado, aguardando-se, por conseguinte, o deslinde naquele Colegiado. Em face deste requerimento, foi posto em votação, deliberando o Colégio, à unanimidade, pelo sobrestamento do feito, determinado inclusive que o processo em epígrafe e seus apensos fossem devolvidos à Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, para fins de acompanhar e aguardar o deslinde pelo CNMP. Aberta a fase de comunicações, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz noticiou à assunção Juiz Federal do Trabalho, Doutor Sérgio Roberto de Melo Queiroz, no comando da primeira Vara do Trabalho em Coruripe, que já nascera totalmente virtualizada em 14 de dezembro de 2012, razão pela qual pedia que este Colegiado acolhesse o seu pedido de votos de congratulações para o citado Magistrado, o que foi acolhida à unanimidade pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a Sessão encerrada, determinando a lavratura de Ata em extrato, o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Eduardo Tavares Mendes
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ/MPE/AL

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Promotor de Justiça
Secretário do CPJ/MPE/AL

Ata da 1ª Reunião Extraordinária Solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas
Aprovada na Reunião do dia 13.03.2013

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze (02.01.2013), às 18 (dezoito) horas e 20 (vinte) minutos, no Auditório Virgínio Loureiro, Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, Centro de Convenções do Estado de Alagoas, localizado na Rua Celso Piatti – Jaraguá, Maceió, Alagoas, após anúncio da Mestre do Cerimonial, foram chamados e introduzidos no citado auditório os Procuradores de Justiça Doutores Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luciano Chagas da Silva, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Artran de Pereira Monte, José Artur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Marcos Barros Méro e o Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, Promotor de Justiça Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza. Composta a mesa para a 1ª (primeira) Reunião Extraordinária Solene do Colégio de Procuradores de Justiça, foram convidados para compô-la o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Doutor José Carlos Malta Marques, representando neste ato o Presidente desta Corte, o Excelentíssimo Senhor Senador Benedito de Lira, o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de Maceió, Doutor Rui Palmeira, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Doutor Cicero Amélio, e a Excelentíssima Senhora Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas, Doutora Adilza Inácio de Freitas. Composta a mesa, foi declarada aberta a Sessão. O então Presidente da Sessão formou uma Comissão dentre os componentes da mesa, a saber: Procurador de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, para acompanhar o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, Doutor Teotônio Vilela Filho. Assentado ao lado do Presidente, foi ordenada a leitura da Pauta, a saber: posse do novo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas; posse do Corregedor-Geral do Ministério Público e posses dos Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas. Lida, o Presidente, mais uma vez, determinou a formação de uma comissão, a saber: Procurador de Justiça Luciano Chagas da Silva, Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba e Procurador de Justiça Marcos Barros Méro, visando à introdução do novel Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Introduzido e assentado, foi ordenada a execução do Hino Nacional. Em seguida o Excelentíssimo Senhor Presidente, Doutor Eduardo Tavares Mendes, convidou o senhor Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Promotor de Justiça Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza, para proceder a leitura do termo de posse. Lido o Termo, foi o Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá declarado empossado no cargo de Procurador-Geral de Justiça. De imediato, o Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes determinou a entrada da Bandeira do Ministério Público do Estado de Alagoas; recebendo-a, passou-a às mãos do Procurador-Geral de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, que a abriu e determinou o seu hasteamento. Neste átimo, o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, que assumiu neste momento a presidência desta Reunião, convidou o senhor Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Promotor de Justiça Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza, para proce-

der a leitura do Termo de Posse do Corregedor-Geral do Ministério Público, do Ouvidor e dos Conselheiros eleitos para o Conselho Superior do Ministério Público. Lidos e assinados, foram declarados empossados como Corregedor-Geral o Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, como Ouvidor o Doutor Eduardo Tavares Mendes e como Conselheiros os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Marcos Barros Méro, Walber José Valente de Lima, Antiógenes Marques de Lira, Artran de Pereira Monte e Luiz Barbosa Carnaúba. Em seguida o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, concedeu a palavra a Doutora Adilza Inácio de Freitas, Promotora de Justiça e Presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas, que passou a dizer: “É Graça Divina começar bem. Graça maior é persistir na caminhada certa. Mas, Graças das Graças é não desistir nunca.” (DOM HELDER CÂMARA). Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá; Senhor Governador Teotônio Vilela Filho; Desembargador José Carlos Malta, representando o Presidente do Tribunal de Justiça; Corregedor-Geral do Ministério Público Doutor Márcio Roberto, e Ouvidor Doutor Eduardo Tavares Mendes, em seu nome, estendo os cumprimentos às demais autoridades e a todos os colegas Promotores e Procuradores de Justiça; Servidores do Ministério Público; familiares dos empossados, senhoras e senhores, boa noite! Estar aqui nesta tribuna falando em nome da Associação do Ministério Público de Alagoas é uma honra muito grande para qualquer um de nós, Promotores e Procuradores de Justiça. Ao ingressar nesta Instituição, vim com a vontade de somar minha energia cívica à de todos os colegas que integram esta valorosa Instituição, para concretizar os ideais de justiça e cidadania consagrados na Constituição Federal. Estamos fazendo tudo ao nosso alcance para que a AMPAL cumpra dignamente seus compromissos com os associados. Nesse esforço, posso proclamar solenemente que tive a felicidade de contar com o apoio solidário e a inesgotável compreensão do ex-procurador-geral de Justiça, o amigo Eduardo Tavares Mendes. Juntos, AMPAL e Procuradoria-Geral, muitos problemas foram resolvidos sem a necessidade de formalidades burocráticas que muitas vezes emperram as soluções. Honrar as dívidas da Instituição com os seus integrantes, ativos e inativos, foi uma preocupação constante do Doutor Eduardo Tavares. Não obstante a conhecida frugalidade do orçamento, ele realizou uma administração que se construiu sobre os sólidos pilares da austeridade e do respeito à classe. Por tudo isso, daqui desta tribuna, quero elevar uma palavra de agradecimento ao ex-procurador-geral Eduardo Tavares Mendes, e dizer-lhe que sua obra ficará para sempre gravada na mente e no coração de todos nós. Hoje inauguramos um novo tempo na história do Ministério Público de Alagoas, com a posse do nosso colega Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá na chefia da Procuradoria-Geral de Justiça. Rejubilamo-nos todos com a dúplice escolha – pela classe e pelo Governador do Estado - desse insigne intelectual para dirigir, doravante, os destinos da nossa Instituição. Doutor Sérgio Jucá já deu, nos mais de trinta anos de serviço como Promotor e Procurador de Justiça, provas inequívocas de sua dedicação profissional e de seu apego à verdade e à justiça. Homem culto, conhecedor profundo das letras jurídicas e das contingências do Direito, sempre se manteve leal à simplicidade, fazendo dessa disposição de caráter um estilo de vida, porque “o estilo é o homem”, nas palavras do escritor francês Georges Buffon. O novo Procurador-Geral traz consigo o preparo e a determinação capazes de continuar a marcha do Ministério Público de Alagoas em direção à plena realização de sua vocação democrática e ao encontro dos interesses da sociedade alagoana. Receba, Doutor Sérgio Jucá, o caloroso abraço de sua entidade de classe! Abraço

extensivo ao Corregedor-Geral do Ministério Público recém-empossado, o colega Márcio Roberto Tenório, a quem auguramos muito êxito e pouco trabalho. Pouco trabalho porque o nível ético dos membros da carreira ministerial sempre foi muito elevado, o que, infelizmente, não obsta a ação desatinada dos caluniadores de plantão. Não podemos esquecer que o Ministério Público vem sofrendo nos últimos vinte anos, após a promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, uma série orquestrada de ataques que têm no Parlamento brasileiro sua sede mais proeminente, mas não a única. Os articuladores dessa agressão miram o enfraquecimento do Ministério Público na sua missão de defesa do regime democrático e de fortalecimento do estado de direito plasmados no texto constitucional; e não arrefecem suas investidas, visando ora calar a Instituição, ora retirar-lhe o poder de investigar criminosos de todos os naipes. Agora mesmo estamos às voltas com o Projeto de Emenda Constitucional nº 37, conhecido pelo sugestivo apelido de “PEC da Impunidade”. Trata-se de uma mutilação constitucional que visa consolidar o monopólio da investigação criminal nas mãos das polícias judiciárias estaduais e federal, afastando o Ministério Público do dever de apurar a prática de infrações penais imputadas, por exemplo, a agentes policiais e a políticos ímprobos, que encham as páginas dos jornais com a crônica diária de suas espertezas. A quem interessa não saber a verdade? O advogado Almino Afonso, membro do Conselho Nacional do Ministério Público, lembrou, numa alusão muito pertinente ao livro do sociólogo pernambucano Gilberto Freire, que, enquanto o Ministério Público esteve confinado à senzala no combate à delinquência, ele não incomodou ninguém; a partir do momento em que abriu os olhos para a criminalidade da “casa grande”, aí passou de amigo conveniente a inimigo declarado de uma elite retrógrada e autossuficiente. Desejo boa sorte a todos os empossados - Doutor Sérgio Jucá a frente da Instituição, Doutor Márcio Roberto, na Corregedoria, Doutor Eduardo Tavares, na Ouvidoria e aos integrantes do CSMP. Quero, finalmente, deixar-lhes, meus prezados colegas, uma palavra de confiança no futuro. Dura tem sido a caminhada, mas temos os músculos fortes e uma fé inabalável! A nossa energia física é tamanha que jamais esmoreceremos; a nossa força moral, essa fé que supera os obstáculos mais empedernidos, é acima de tudo a luz que ilumina a estrada e conserta a direção dos nossos passos quando, por orgulho ou imprudência, nos desviamos do rumo certo. Essa fé inabalável se manifesta como a presença de Deus em nós, e nos mantém confiantes, íntegros e unidos na construção de um mundo melhor para todos, com igualdade e justiça! Muito obrigada!” Em seguida foi concedida a palavra ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antiógenes Marques de Lira, Procurador de Justiça, que ora deixa o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, que passou a proferir seu discurso nos seguintes termos: “Encerrando um ciclo. ‘Lá vem o acendedor de lâmpadas da rua!’ Este mesmo que vem infatigavelmente, / Parodiar o sol e associar-se à lua / Quando a sombra da noite enegrece o poente! ...’ Lendo o poema ‘O acendedor de lâmpadas’ do poeta alagoano Jorge de Lima, em 2009, o nosso inesquecível Francisco Sarmento abriu o seu discurso de posse como Corregedor Geral do Ministério Público de Alagoas, iniciando o ciclo que hoje se fecha. ‘Depois de chegar à plenitude a face da lua minguia, a toda florescência segue um fenecimento. Tudo na vida é assim.’ (YOSHIDA KENKO). No inesgotável ciclo da vida, onde tudo tem seu princípio e seu fim, eis então que no meio do percurso, a Suprema Espiritualidade, na sua impenetrável sabedoria, chamou nosso Chico para mais perto de si, certamente, por ele ter cumprido sua missão. Mas, assim como o carbono é agregado ao ferro para se transformar em aço, tornando-o mais resistente, veio juntar-se a nós, em provi-

dencial momento, Antônio Arecippo, trazendo para este cadinho sua fibra. Então, em 1º de janeiro de 2011, ele nos passou o cargo de Corregedor, sem pompa, sem festa, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no humilde auditório Edgar Valente de Lima Filho (ex-Corregedor-Geral do Ministério Público), 5º andar do edifício da Procuradoria Geral de Justiça. Que missão difícil é essa! Orientar e corrigir colegas e amigos, todos iguais. Todavia, de que adianta você vir cumprir uma missão e não a cumprir? Mãos a obra! Seguimos adiante. Ao longo destes quatro anos, este trio realizou 182 correições (todas as Promotorias e Procuradorias de Justiça foram correicionadas no período) e 28 inspeções. 121 pedidos de explicações foram processados, 24 sindicâncias e 6 inquéritos administrativos foram concluídos. Instauramos 105 procedimentos disciplinares, arquivamos 99 sem aplicação de penalidades e em apenas 6, aplicamos algum tipo de reprimenda e quando assim o fizemos, o foi com o sentimento de pai que repreende um filho. Realizamos cerca de 20 encontros de orientação com Promotores de Justiça e expedimos 8 recomendações. Conseguimos também, com sacrifício, publicar os relatórios anuais da Corregedoria e realizar um encontro nacional de Corregedores. Não tivemos obras físicas para inaugurar, mas, temos o orgulho de dizer que criamos o Diploma de Honra ao Mérito Carlos Guido Ferrário Lobo, distinção concedida anualmente pela Corregedoria do Ministério Público de Alagoas aos nossos membros que se destacaram no seu mister além do que lhes seria exigido, reconhecendo o brilhantismo e a dedicação à causa ministerial. Enfático, a Corregedoria concede esse diploma com parcimônia e austeridade, após análise minuciosa dos feitos do colega na sua Promotoria de Justiça, servindo-nos de critérios técnicos e após longos debates, tudo devidamente documentado. Nestes quatro anos receberam a distinção: Maurício Wanderley (2009), Rogério Paranhos (2010), Alexandra Beurlen (2011) e Aparecida Carnaúba (2012). 'Se há algo de que o homem moderno foga mais que da peste... é do exame de consciência' (ANTHONY DANIELS), mas, graças à bondade divina não morremos jovem, nem somos modernos. Nelson Rodrigues recomendou aos jovens que o mais depressa possível envelhecessem, somos anteriores à Constituição de 1988, sinto-me ainda 'Promotor Público' do Tribunal do Júri. Dos três, sou o jovem que envelheceu aos 29 anos de carreira a ser completado no próximo dia 9. Por isso, não tememos o exame de consciência. Para o Bushido (Código do Samurai), 'justo e injusto são, nada mais nada menos, que o bem e o mal, embora não possa negar que existe uma sutil diferença entre os dois termos; atuar justamente e fazer o bem é difícil e é algo cansativo, enquanto que ter atitudes injustas e fazer o mal é bem mais fácil e divertido, de modo que a natureza das pessoas faz com que elas tenham uma facilidade em escolher o caminho da injustiça e do mal, e tendam a não gostar do que é justo e bom'. Durante este ciclo nenhum de nós permitiu que saísse das entranhas da Corregedoria qualquer fato que pudesse denegrir a imagem do colega ou da Instituição. Tratamos todos com urbanidade, garantimos plenitude de defesa, nada, absolutamente nada, foi feito sem conhecimento das partes, todos que foram chamados à Corregedoria sabiam exatamente o que os esperava, a nossa linha sempre foi reta, firme, tranquila e acima de tudo, buscando ser justo. Recebíamos todos de pé, com um sorriso e dispensando todas as atenções, orientando-os e dando-lhes o melhor que tínhamos, sempre visando ao bem. Aos que sofriam algum ataque injusto, pegamos nossas armas e corremos em sua defesa; aos que falhavam com seu dever, apresentamos-lhes o caminho para voltar à luz, cabendo a eles decidir... 'Segundo Kant, o que importa é que a boa ação seja feita por ser a coisa certa – quer isso nos dê prazer, quer não...' (SANDEL, Michael J. JUSTIÇA, p. 147). 'Para che-

gar à lei moral argumenta Kant, devemos abstrair nossos interesses e objetivos contingentes. Para deliberar sobre justiça, sustenta Rawls, devemos deixar de lado nossos objetivos, nossos apegos e nossas concepções particulares do que seja bom. É assim que devemos conceber a justiça, vendo através de um véu de ignorância, isto é, sem saber a quem nossas decisões afetam' (idem, p. 295). 'Nenhum pássaro voa alto demais se voar com as próprias asas' (WILLIAM BLAKE). Neste momento, queremos agradecer a todos os amigos que nos ajudaram ao longo deste ciclo. Começo por aqueles colegas que nos deixaram para exercer outras funções: Carlos Alberto Alves de Melo e Antônio Sodré Valentim de Souza. Agradecemos ao 'gigante' Almir José Crescêncio, sem seu empenho e organização, pouco, muito pouco teríamos feito. Ao nosso 'guru' Roberto Salomão do Nascimento, sem suas palavras de sabedoria e orações, em muitos momentos teríamos perdido o equilíbrio. A nossa 'germânica' Silvana de Almeida Abreu, a voz rigorosa a nos por na 'trilha cartesiana do direito'. Muito obrigado, de coração. Estamos também profundamente agradecidos aos nossos queridíssimos servidores: Sheyla Campos de Oliveira Vergetti, Pedro Henrique Silva dos Santos, Karthalliane Souza Medeiros, Allysson Edwin Vieira Teles e Walter Santos Junior. Vocês foram o propulsor a movimentar a máquina da Corregedoria. Muito obrigado pela abnegação e dedicação. Valeu! Uma palavra especial ao nosso querido Corregedor substituto – Procurador de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Márcio, você foi a força que nos sustentou em inúmeras situações, especialmente quando, dadas as condições de trabalho, você nos animou a seguir em frente. Faça aqui um registro, se não fosse sua determinação, jamais teríamos realizado em Maceió o LXXVII Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. O único encontro nacional que foi realizado pela Corregedoria de Alagoas nos últimos quatro anos e só ocorreu pela força e garra do nosso Márcio Roberto. Muito obrigado, inclusive pela agradável companhia nas nossas diversas viagens. 'Estar realizado é amar e não detestar o que se faz' (MARINOFF, Lou. Pergunte a Platão, p. 299). Estamos realizados. Nada mais nos importa, as maledicências não mais nos atingem, 'sempre que se busca realizar alguma coisa na vida, alguns vão se opor só para se opor. Além disso, se você quiser fazer algo excelente, ou apenas competente, provocará o pior tipo de oposição...' (idem, p. 286/7). Agora, a noite finda, os lampiões estão se apagando, a alvorada se apresenta, àquele que seguirá nesta senda desejo sabedoria e paciência. Francisco... Arecippo... Antiógenes... (toc), o ciclo está fechado (toc), o trabalho concluído (toc). Nada mais nos resta fazer, serenamente, retiremo-nos em paz. Muito obrigado. Sejam felizes." Em seguida foi concedida a palavra ao Excelentíssimo Senhor Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, que passou a proferir o seu discurso de posse nos seguintes termos: "Quando nada parece dar certo, vou ver o cortador de pedras a martelar numa rocha talvez 100 vezes, sem que uma única rachadura apareça. Mas na centésima primeira martelada a pedra abre-se em duas e eu sei que não foi aquela que conseguiu isso, mas todas as que vieram antes'. (JACOB RIIS). Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, Doutor Teotônio Vilela Filho. Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Doutor Edvaldo Bandeira Rios. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Toledo. Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de Atalaia - minha terra natal - Chico Vigário. Amigos vereadores de Atalaia Doutora Neide Miranda, e Zequinha, Cal, Marcondes Barros, bem

como da Capital meu compadre Zé Márcio. Excelentíssimo Senhor Prefeito da Capital Doutor Rui Palmeira. Eminentíssimos Procuradores de Justiça integrantes do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Alagoas. Excelentíssima Senhora Presidente da AMPAL Adilza Inácio de Freitas. Estimados colegas Promotores de Justiça. Demais autoridades civis, militares e eclesiásticas. Laboriosos Funcionários da casa. Meus amados familiares e amigos, minhas senhoras e meus senhores. Quis o Rabi da Galileia, indiscutivelmente o arquiteto maior do universo, que estivéssemos reunidos solenemente nesta augusta casa com o fim específico de materializar minha posse no honroso cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público das Alagoas, a radiosa terra dos Marchais, bem como a dos doutos colegas Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral, e Eduardo Tavares Mendes, Ouvidor, corolário dos últimos pleitos eleitorais institucionais. Exercer o cargo de Corregedor-Geral de uma instituição tão grandiosa, crida, honrada e respeitada, é tarefa das mais gratificantes, não obstante ser uma fardo de peso incomensurável, pela sua própria amplitude e natureza. Estou preparado. Minha gestão à frente da CGMP/AL priorizará a orientação e o apoio aos Órgãos de Execução em todos os níveis, sem descuidar da fiscalização diuturna de seus atos, tendo como objetivo maior tornar menos árdua e mais produtiva a faina diária dos Promotores e Procuradores de Justiça, via de consequência imprimindo maior eficiência e eficácia ao trabalho. Acompanharei de perto a atuação de cada um dos agentes ministeriais que integram o Parquet Alagoano, não com pretensão de exercitar uma vigilância sistemática e possessiva, mas, sim, objetivando unir forças para que no momento preciso seja atingido o desiderato a que todos nos propusemos quando de nosso juramento: prestar um serviço de excelência ao povo alagoano. O lema da minha gestão, que ora se inicia, será servir incondicionalmente à causa ministerial e ao povo alagoano, destinatário final de nosso labor, buscando sempre estar ao lado do colega que está na ponta, levando-lhe o apoio moral e institucional indispensáveis ao enfrentamento dos problemas a serem por ele equacionados, independentemente de sua magnitude e natureza, bem como das personalidades envolvidas, porque juntos - Promotor/Procurador e Corregedoria -, seremos grandes e imbatíveis. À propósito, cito o pensamento do glorioso Martin Luther King, lançado em uma de suas incontáveis manifestações na defesa dos direitos dos Negros Norte Americanos: "Todos podem ser grandes, pois todos podem servir. Você não precisa ter diploma para servir. Você precisa fazer o sujeito e o verbo concordar para servir. Você não precisa saber sobre Platão e Aristóteles para servir. Você não precisa saber sobre a teoria da relatividade de Einstein para servir. Você não precisa saber a segunda teoria da termodinâmica em física para servir. Você apenas precisa de um coração cheio de graça. Uma alma gerada por amor". Com efeito, não posso deixar de lembrar que somos servidores públicos do Estado de Alagoas, não semideuses ou coisas que o valha, somos pagos pelo povo para servir ao povo, ofertando um serviço célere, eficiente e de qualidade, quer atuando em feitos judiciais ou extrajudiciais, recebendo a comunidade em nossos gabinetes com presteza e urbanidade, assim como dele saindo para ir de encontro desse mesmo povo, na busca de aproximar o Parquet da sociedade e facilitar a solução de seus anseios e conflitos. Nesse passo, tenho a dizer aos poucos colegas recalitrantes que não titubarei em cortar na própria carne, o fazendo, porém, com a presteza, a técnica, a eficiência e a precisão do melhor dentre os melhores cirurgiões, isto é, buscarei ser o menos invasivo possível, evitarei de todas as formas provocar dor e sofrimento, no entanto não deixarei de atentar e estar preparado para a possibilidade de, na busca de salvar o corpo, extirpar um determinado membro. Entendo necessários e indis-

pensáveis o Conselho Nacional do Ministério Público e a Corregedoria Nacional do Ministério Público, como órgãos de orientação e controle externo, porém, adianto de logo que as questões internas do Ministério Público de Alagoas, cujas soluções dependam da atuação direta da Corregedoria local, não serão de nenhuma forma submetidas àquele colegiado, assim como não admitirei sob nenhuma hipótese qualquer ingerência destas Instituições em nossa Corregedoria fora das balizas legais. Nada foi fácil para mim até agora, tanto no MP quanto lá fora, e estou certo que não o será daqui em diante. Mesmo assim, aqui estou para combater o bom combate, pronto, de pé e às ordens, tal qual o melhor dos guerreiros, para servir mais uma vez a minha amada instituição e a sociedade alagoana. O meu percurso foi pontilhado de pedras e espinhos. Filho de um caminhoneiro e de uma prenda do lar, componente de uma numerosa prole (oito filhos), aos 18 anos deixei minha terra natal e meus entes mais queridos para ingressar nas fileiras da brisa Polícia Militar de Alagoas, como soldado. Ao final de 09 (nove) meses de árduo trabalho e estudos constantes, galguei a graduação de 3º Sargento PM, não tendo ido adiante na carreira militar em razão do egoísmo e do mau-caráter de um determinado Coronel, que Deus se apiede de sua alma, que indeferiu minha pretensão de ingressar na Academia Militar de Oficiais, ao inaceitável e incompreensível argumento de que minha altura (1,65 metros), era incompatível à época com o oficialato, razão de minha imediata e espontânea baixa. Resignado segui adiante. Formado em Direito pelo CESMAC, após militar por 03 (três) anos na advocacia criminal, na cidade de Arapiraca – levado pelo Doutor Valter José Omena Acioly, hoje um dos Promotores de Justiça de maior destaque do MP de Alagoas, a quem externo minha perene gratidão, aprovado mais uma vez em concurso público, no ano de 1987 ingressei no Parquet, uma das razões do meu viver há 25 longos anos. Após sucessivas promoções por merecimento, finalmente no ano de 2010, cheguei ao Colégio de Procuradores de Justiça, uma vez mais promovido pelo critério de merecimento, e, para meu gaúdio e das pessoas que verdadeiramente me amam, parte representativa presente neste recinto, hoje tomo posse como o segundo homem na hierarquia desta gigante instituição que é o Ministério Público de Alagoas, com as graças de Deus e a vontade livre dos Eminentíssimos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça; de tez erguida, destituído de qualquer ranço, sentimento mesquinho ou pequeno, bem como sem jamais ter pisado ou passado alguém para trás, muito menos ter me subjogado ou bajulado a ricos, poderosos, políticos, ou quem quer que seja. Porém, nada disso teria sido possível não fosse a vida e o apoio material e afetivo que me foi dado pelos meus falecidos pais, Moisés Albuquerque Silva e Maria Luíza Tenório Silva; meus irmãos Luíza Maria, Moabe e Mastroiane; do meu estimado cunhado Valter Omena Acioly, e dos incontáveis amigos que fiz durante a minha caminhada. Não bastasse, tive o amor incondicional daquela bela e formosa jovem de 17 anos de idade, de quem furtei a perspectiva de futuro profissional, ao lhe retirar de casa, de seus estudos e do convívio de seus familiares, para dedicar-se com exclusividade, de corpo e alma, a minha pessoa e a minha causa. A você Roberta Carla da Fonseca de Albuquerque, dedico não apenas esta mas todas as conquistas que tive após passar a conviver contigo. Você é a causa primeira do meu viver; você é meu porto mais que seguro; você é a única pessoa que conhece na plenitude as coisas boas e ruins de minha personalidade. Você, Roberta, é quem acalenta meu pranto de dor, enxuga minhas lágrimas, me levanta quando caio, de igual modo me fustiga e orienta a seguir adiante. Te amo. Não parecesse muito, ainda tive a dádiva divina de contar nesses 29 últimos anos de minha vida, com a convivência e o apoio de um iluminado ente humano, fruto de meu amor com Ro-

berta Carla, que além de carregar o meu nome, ser um homem de bem, de boa índole, honrado, trabalhador, bom filho, bom amigo e leal, também teve a sorte de encontrar em seu caminho uma bela jovem, equilibrada e companheira, a minha norinha Luane Cristine Tenório. Doutor Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Júnior, colega Procurador Municipal de Atalaia, dentre as honras e o patrimônio de que sou possuidor, que por certo não são muitos, o maior deles é ser seu pai. Pois bem, estou ciente do elevado grau de responsabilidade e autoridade do cargo de Corregedor-Geral, porém sereno e tranquilo, porque sucedo o eminente Corregedor-Geral Antiógenes Marques de Lira, que protagonizou uma gestão impar, digna dos mais efusivos elogios, de quem tive o prazer e a honra de ser Corregedor-Geral Substituto, e a quem sou eternamente grato pela oportunidade que me foi dada, e a experiência que me foi passada. Por oportuno, me permito declarar de público que está aberta a minha sucessão, vez que não pretendo submeter meu nome à reeleição daqui a dois anos, por entender que todos os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça devem ter a oportunidade de servir ao Ministério Público como Corregedor-Geral. Finalmente, me dirijo aos Colegas Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá e Eduardo Tavares Mendes, respectivamente Procurador Geral e Ouvidor do Ministério Público de Alagoas, para lhes desejar todo sucesso nessa jornada hoje iniciada, empenhando nesta oportunidade a minha palavra no sentido de dizer que tudo farei para o sucesso de nossas gestões, labutando incansável e diuturnamente na busca da conquista da excelência na prestação ministerial ao povo alagoano. Muito obrigado." Em seguida foi concedida a palavra ao Ouvidor, Doutor Eduardo Tavares Mendes, que, em síntese apertada, disse que todos os Ministérios Públicos Estaduais do Brasil têm ouvidorias. A criação das ouvidorias segue as orientações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O trabalho da Ouvidoria serve para intermediar a comunicação entre a população e o Ministério Público. Sempre que ocorrer uma solicitação frustrada diante do Ministério Público, qualquer pessoa poderá fazer uma petição escrita cobrando uma providência da Ouvidoria. Na sua gestão a Ouvidoria Ministério Público do Estado de Alagoas irá apurar internamente se a demanda feita por qualquer pessoa foi atendida e, caso não tenha sido, porque não foi. Dito isto, passou a lembrar o período em que exerceu o cargo de Procurador-Geral de Justiça, destacando diversas conquistas como a construção da nova sede do Ministério Público Estadual em Arapiraca e da Central de Inquéritos, a realização de concursos públicos, a criação do Ministério Público Comunitário, o trabalho em parceria com o Executivo Estadual, o trabalho do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GECOC, e o pagamento das dívidas do Ministério Público Estadual ante os seus membros. Lembrou ainda o trabalho desenvolvido pelo GECOC, criado em 2006 pelo ex-Procurador-Geral de Justiça Coaracy Fonseca, o GECOC é um dos grupos mais atuantes no cenário brasileiro no combate às organizações criminosas, com atuações visíveis. Destacou que na sua gestão, enquanto Procurador-Geral de Justiça, órgão detentor de foro por prerrogativa de função teve denúncia retardada ou que não tenha sido denunciado, não há um agente público que agiu mal na sua função que não tenha sido acionado pelo Ministério Público. "E logramos êxito nos nossos trabalhos, pois todas as conquistas do MP de Alagoas foram alcançadas devido ao trabalho conjunto, principalmente com o governo estadual, na atual gestão do Governador Teotonio Vilela." Destacou, para ilustrar esta parceria, já que as dívidas estavam acumuladas em cerca de R\$ 30 milhões, o pagamento de parte desta dívida que o Ministério Público tinha com os Procuradores e Promotores de Justiça, tanto dos ativos quanto dos aposentados, que há mais de 20

anos estavam sem receber a esse título. A atividade fim do Ministério Público também foi executada com firmeza pelos órgãos ministeriais. Asseverou que estava deixando a Instituição Parquetina estruturada fisicamente, organizada, incluído a área da informática, com concursos realizados tanto para técnicos, como o que está em andamento para o cargo de Promotor de Justiça e, ainda, financeiramente saneada. Disse, ademais, que na sua gestão foram priorizadas as pessoas. Que é muito importante conhecer o direito, mas muito mais importante é conhecer as pessoas, porque o Direito foi feito para elas. Finalmente salientou que é uma honra passar a batuta do Ministério Público Alagoano para o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, pois está cioso de que ele dará continuidade ao trabalho que foi desempenhado nesta Instituição. Desejou-lhe sorte e agradeceu a presença de todos. Com a palavra o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Rocha Cavalcante Jucá, em suma, disse que no início sua carreira nos idos 1976, na Promotoria de São José da Laje, e desde então tinha um sonho, o sonho de assumir o comando do Ministério Público Alagoano, sonho que agora se concretiza pela mão do Governador Teotonio Vilela Filho. Disse que o papel do Ministério Público, que deve ser resolutivo, também é o de garantir que o cidadão tenha acesso aos serviços de saúde e uma educação de qualidade. A instituição também deve estar empenhada na defesa da criança, do adolescente, do idoso, do consumidor e outros direitos do cidadão. E é isso que o Ministério Público na sua gestão irá buscar. Falou também sobre a necessidade de diminuir os índices negativos registrados em Alagoas e para isto os membros e servidores do Ministério Público estarão unidos para assegurar que os direitos dos cidadãos sejam respeitados. Lembrou que o Ministério Público, as Autoridades e seu Povo devem semear a paz e distribuir Justiça e o objetivo de sua luta é a Justiça. Destacou, por fim, que o Ministério Público Alagoano deve ter o compromisso com os mais necessitados e fez questão de frisar que sua gestão no biênio 2013/2014 será marcada pela defesa do social. Saudou finalmente os demais empossados e agradeceu a presença das autoridades, familiares e amigos. Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

EDITAL DE PROMOÇÃO N° 01/2013

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 9º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n° 15/96, c/c o artigo 53 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, torna público, para ciência dos interessados, que se encontra vaga a 59ª Promotoria de Justiça da Capital, de 3ª entrância, que será provida POR PROMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias, a partir do primeiro dia útil que se seguir à publicação deste edital, para inscrição de candidatos ao referido cargo.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió, 14 de março de 2013.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXTRATO DA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 06 (Seis) dias do mês de março de dois mil e treze, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, presentes o Presidente Sérgio Jucá e os Conselheiros Marcos Barros Méro, Luiz Barbosa Carnaúba, Walber José Valente de Lima, e Antiógenes Marques de Lira. Assência justificada dos Conselheiros Artran de Pereira Monte e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Em ato contínuo, foi posta à apreciação a ata anterior, ocasião em que o Conselheiro Antiógenes Marques de Lira questionou se foram providenciadas as alterações sugeridas em relação à ata da reunião da 47ª Reunião Ordinária do ano de 2012, tendo obtido a informação em sentido positivo. Sem mais inserções, foi aprovada a ata da 1ª Reunião Ordinária do CSMP. Em prossecução à reunião, foram disponibilizados aos Conselheiros os seguintes Processos para Conhecimento: 1º Processo PGJ 916/2013 – Interessados: Dra. Denise Guimarães de Oliveira e Max Martins de Oliveira e Silva Promotores de Justiça – Assunto: Pedido de renovação de prazo para conclusão de inquérito civil. 2º Processo PGJ n° 897/2013 – Interessado: Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de encaminhamento dos autos do Processo PGJ 5091/2012 à Promotoria Criminal de Feitos Não Privativos para apurar contratação irregular e escritório de advocacia por dirigentes da Fundação Casal de Seguridade Social, no exercício de 2009. 3º Processo PGJ n° 700/2013 – Interessado: Dr. Max Martins de Oliveira e Dra. Denise Guimarães de Oliveira, Promotores de Justiça – Assunto: Comunicação de remessa dos autos dos Procedimentos Administrativos n° 85/2010 e 108/2010 à Procuradoria da República em Alagoas. 4º Processo PGJ n° 675/2013 – Interessado: Dr. Jorge Luiz Bezerra da Silva, Promotor de Justiça – Assunto: Encaminhamento de cópia da ação civil pública promovida em desfavor do Estado de Alagoas, com o intuito de compelir o réu a promover reformas estruturais na Delegacia de Polícia de São Luiz do Quitunde. 5º Processo PGJ n° 819/2013 – Interessadas: Dra. Kícia Oliveira e Dra. Failde Soares, Promotoras de Justiça – Assunto: Encaminhamento de ata da Reunião da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Fundações, na qual foi definido o planejamento da Promotoria para 2013. 6º Ofício n° 003/2013 – PRODECON – Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração do Inquérito Civil n° 002/2013 e encaminhamento de cópia de portaria, referente às denúncias de má prestação do serviço por parte da Eletrobrás. 7º Ofício n° 002/2013 – PRODECON – Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração do Inquérito Civil n° 001/2013 e encaminhamento de cópia de portaria, referente às denúncias de má prestação do serviço por parte da CASAL. 8º Ofício n° 13/2013 – 17ª PJC – Interessado: Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca – Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Administrativo n° 01/2013, referente à denúncia de irregularidades na Parceria Pública Privada firmada entre Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL e a CAB – Águas do Agreste S/A. 9º Ofício 1º CPMA n° 04/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil em face de denúncia de poluição sonora e atmosférica. 10º Ofício 1º CPMA n° 09/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório, referente ao estado de abandono

em que se encontra um ponto de depósito para resíduos de podas de árvores e entulhos da construção civil. 11º Ofício 1º CPDA n° 03/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório, referente às denúncias de supressão de vegetação nativa, sem anuência do órgão ambiental competente. 12º Ofício 1º CPMA n° 15/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório, referente à supressão de vegetação nativa e demarcação de terras para possíveis ocupações irregulares. 13º Ofício s/n/2013-2PSMC – Interessados: Dra. Hulza Paiva Torres de Castro, Napoleão José Calheiros C. De M. Amaral Franco e José Carlos Silva Castro, Promotores de Justiça – Assunto: Comunicação e envio de cópia de portaria que instaurou o Inquérito Civil n° 01/2013 para apurar a prática de possíveis atos de improbidade administrativa no município de Barra de São Miguel. 14º Ofício 1º CPMA n° 22/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil, referente a denúncia de poluição sonora. 15º Ofício 1º CPMA n° 18/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de inquérito civil, referente a denúncia de poluição sonora e problemas de trânsito causados pelas empresas de abastecimento de água por meio de carros-pipa. 16º Ofício n° 16/2013 – 2PJCSMC – Interessada: Dra. Stela Valéria S. De F. Cavalcanti, Promotora de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Administrativo, destinado a averiguar a licitude do Decreto de Situação de Emergência do Município de Barra de São Miguel. 17º Ofício NDEMA n° 002/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil, referente a denúncia de poluição atmosférica decorrente do funcionamento de estabelecimento comercial. 18º Ofício PROESDEC/MPE-AL 171/2013 – Interessados: Dra. Denise Guimarães de Oliveira e Dr. Max Martins de Oliveira e Silva – Assunto: Comunicação de ajuizamento de ação civil pública em desfavor da FITS – Faculdade Integrada Tiradentes, em face de denúncia de abusividade no aumento das mensalidades referentes ao ano letivo de 2012. O Presidente, então, indagou se existia interesse em discutir especificamente algum dos itens disponibilizados para conhecimento. Não havendo questionamentos, passou-se à análise do Processo PGJ n° 523/2013, referente a requerimento de remoção por permuta, tendo como interessados o Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Titular da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, e a Dra. Lavinia Silveira de Mendonça Frago, Titular da 65ª Promotoria de Justiça da Capital. O Presidente, no entanto, solicitou a retirada de pauta deste processo, considerando que ainda não teve a oportunidade de se debruçar sobre essa questão, em razão de sua viagem a Brasília. Em seguida, o Presidente registrou a presença de Dr. Geraldo Magela, que por muitos anos prestou sua inteligência ao CSMP. Ato contínuo, passou-se à apreciação dos processos para deliberação: 1º Processo PGJ n° 672/11 – Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar/AL. Assunto: Suposta Irregularidade do FUNDEB – Reexame em manifestação de arquivamento – Interessados: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro – Não havendo divergência, após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e rejeitada a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator, determinando-se o envio dos autos, em seguida, à Chefia do Ministério Público, a fim de designar novo Órgão de Execução, para os fins de Direito. 2º Processo PGJ n° 52/2011 (PA n° 18/2011) – Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Ca-

pital. Assunto: Interceder junto à Secretaria de Educação - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessado: Escola Estadual Dr. José Maria de Melo - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro - Não havendo divergências, após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Tomou-se ciência da propositura da ação civil pública, na hipótese, devolvendo-se os autos à Promotoria de origem. 3º Processo PGJ nº 2282/2012 - Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Devolução de Professores à SEMED - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Micheline da Silva Santos - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 4º - Processo nº 132/2009 - Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reforma e Instalação de Laboratório de Ciências - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Escola Estadual Eunice de Lemos Campos - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Tomou-se ciência da propositura da ação civil pública, na hipótese, devolvendo-se os autos à Promotoria de origem. 5º Processo nº 130/2009 - Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Construção de sede própria da Escola Estadual Aquilina Bulhões Barros - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Escola Estadual Aquilina Bulhões Barros - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Tomou-se ciência da propositura da ação civil pública, na hipótese, devolvendo-se os autos à Promotoria de origem. 6º Processo nº 144/2009 - Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Mobiliário e estrutura de escolas - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Escola Estadual Maria Rita Lyra de Almeida - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Tomou-se ciência da propositura da ação civil pública, na hipótese, devolvendo-se os autos à Promotoria de origem. 7º Procedimento Preparatório de ICP nº 75/2011 - Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Espaço destinado à criação de Ecoponto utilizado como depósito de lixo - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Stella Maris - ASTEMA - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 8º Processo PGJ nº 1097/2012 - Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Invasão de Área Verde - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Henrique Santos Barbosa Neto - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 9º Procedimento Preparatório de ICP nº 019/2012 - Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Serviço de coleta seletiva de lixo no município de Maceió - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Cooperativa de Materiais Recicláveis da Vila Emater - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 10º Processo nº 27/2011 - Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Construção de creche, posto de saúde e escola - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto João Sampaio II - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 11º Processo PGJ nº 2231/2009 - Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de Informações referentes ao ofício nº

556 - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Receita Federal - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Não se tomou conhecimento da manifestação do Órgão de Execução, determinando-se o retorno dos autos à Promotoria de origem. 12º Notícia de Fato nº 219/2012 (Processo PGJ nº 2556/2012) - Origem: 25ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Denúncia em face de conduta equivocada por parte de plano de saúde - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessado: Florentino Buarque do Nascimento - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Devolução dos autos à origem, nos termos do voto do relator, para a realização da diligência apontada. 13º Processo nº 183/2012 - Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Pagamento da 2ª medição de serviços prestados pela ABR Engenharia Ltda - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessado: MPE/AL - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Tomou-se ciência da propositura da ação civil pública, na hipótese, devolvendo-se os autos à Promotoria de origem. 14º Processo PGJ nº 1281/2008 - Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Requerimento de providências quanto a irregularidades praticadas em desfavor de servidores do PSF - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 15º Processo PGJ nº 1727/2008 - Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Contratação de servidor sem prévio concurso público - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e rejeitada a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator, determinando-se o envio dos autos, em seguida, à Chefia do Ministério Público, a fim de designar novo Órgão de Execução, para os fins de Direito. 16º Processo PGJ nº 2023/2003 - Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Contratação de servidor sem prévio concurso público - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Única Vara do Trabalho de São Luiz do Quitunde - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, usando fundamentação diversa da alegada pelo Órgão de Execução. 17º Processo PGJ nº 1185/2004 - Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Contratação de servidor sem prévio concurso público - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessada: Procuradoria Geral do Estado - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após dissertação do voto do relator, foi proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, usando fundamentação diversa da alegada pelo Órgão de Execução. 18º Processo PGJ nº 2297/2008 - Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Possíveis irregularidades na condução de Cícero Amélio da Silva para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - Reexame em manifestação de arquivamento - Interessado: Gabinete do Governador - Relator: Conselheiro Marcos Barros Méro. Após o voto do Relator, o Presidente do CSMP e os Conselheiros Antiógenes Marques de Lira e Luiz Barbosa Carnaúba pediram vista dos autos, sendo determinado que a Secretaria providenciasse a extração de cópias do aludido processo para esses Conselheiros. Por fim, em razão do

horário, o Presidente indagou quanto à possibilidade de retirar da pauta os demais processos para deliberação, para reinseri-los na próxima reunião, sendo aprovada esta providência, à unanimidade. Nada mais tendo a discutir, o Presidente encerrou a reunião dos Conselheiros, e, para constar, eu, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Secretário deste Conselho, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelo Presidente.

Maceió, 06 de março de 2013.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça/Secretário

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

O VICE-DIRETOR DA ESMP-AL, CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ, NESTA DATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, os aprovados no 4º Processo Seletivo para o quadro de vagas e formação de cadastro de reserva de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas para assumirem vagas no referido programa, para a comarca de MACEIÓ:

- BRUNO SOUZA PASTORE (66°);
- DEBORA RODRIGUES DE ANDRADE (67°);
- MARCOS VINICIO CAVALCANTE LIMA (68°);
- JESSICA CONCEICAO CALACA DE MEDEIROS (69°);
- NATALIA COSTA BARBOSA (70°);
- MARJORIE RAPHAELA DA SILVA ALBUQUERQUE (71°);
- JANAINA OLIVEIRA BATISTA (72°);
- FABIO ANTONIO NETO GEDA JUNIOR (73°);
- ISABELLE COSTA CARDOSO (74°);
- JOSE HUGO MENDONCA LIMA (75°).

INFORMA, ainda, que os convocados deverão comparecer à ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no endereço Rua Humberto Mendes, nº 636 (acesso pelo portão da rua lateral do prédio), 1º andar, Bairro Poço - Maceió-AL, no horário de funcionamento - 7h30min às 13h30min, no prazo de 7 (SETE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DESTA DATA, sob pena de perda da respectiva vaga, munidos da seguinte DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA:

a) Documento oficial de identidade e CPF (original e cópia);
b) Comprovante de residência (original e cópia);
c) Título de eleitor com comprovante da última votação (original e cópia) ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;
d) Carteira de reservista (original e cópia);
e) Certidão de nascimento ou de Casamento (original e cópia);
f) 03 (três) fotos 3x4;
g) 02 (duas) vias da Declaração de Vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequenta um dos três últimos anos do curso de Direito, não sendo válido o comprovante de matrícula;

h) 02 (duas) vias do Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado fornecido pela faculdade;

i) 02 (duas) vias da Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);

j) 02 (duas) vias da Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP n.º 42/2009, de 26/06/2009, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
k) Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;

l) Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas, no momento em que o candidato se apresentar dentro do prazo permitido.

Maceió, 15 de março de 2013.

Cláudio José Brandão Sá
Promotor de Justiça
Vice-Diretor de Planejamento da ESMP-AL

João Marcello Vieira de Almeida
Analista do Ministério Público-Gestão Pública/
ESMP-AL

>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<

AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CÂMARA CÍVEL

2011.000165-9
AGRAVO DE INSTRUMENTO
RIO LARGO
AGRATE :
ASSESP ASSESSORES ESPECIALIZADOS LTDA
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/3/2013 Retirada :6/3/2013
Devolução :14/3/2013 Saidap/TJ 14/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CÂMARA CÍVEL

2011.000068-8
AGRAVO DE INSTRUMENTO
RIO LARGO
AGRATE :
TAVARES & SOUZA AUDITORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :5/3/2013 Retirada :6/3/2013
Devolução :14/3/2013 Saidap/TJ 14/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 5/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CÂMARA CÍVEL	3ª CAMARA CIVEL	CÂMARA CRIMINAL	
2013.000389-3 APELAÇÃO CIVEL PALMEIRA DOS INDIOS APETE : MUNICIPIO DE PAMEIRA DOS INDIOS APEDO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :13/3/2013 Retirada :13/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ	2012.007728-0 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : ESTADO DE ALAGOAS APEDO : IARA BRABO MAGALHAES Entrada :13/3/2013 Retirada :13/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: WALBER JOSE VALENTE DE LIMA	0500040-08.2011.8.02.0001 RECURSO CRIME CAPITAL RECORRTE : MINISTERIO PUBLICO RECORRDO : LAZARO LUIZ SILVA CALAFANGE Entrada :1/3/2013 Retirada :4/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 1/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA TANIA MARIA GOMES ASSESSORA ADMINISTRATIVA	APEDO : MARIA DO SOCORRO SANTANA Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ : (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: JOSE ARTUR MELO
2ª CÂMARA CÍVEL	3ª CAMARA CIVEL	>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<	1ª CÂMARA CÍVEL
2013.000033-0 AGRAVO DE INSTRUMENTO PENEDO AGRATE : SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI(DEPARTAMENTO REGIONAL DE ALAGOAS) AGRADO : MARIA JOSE DOS SANTOS XAVIER Entrada :01/3/2013 Retirada :4/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 1/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: MARCOS BARROS MERO	2013.000869-7 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : MUNICIPIO DE MACEIO APEDO : MARIA CELIA VIEIRA DA SILVA ROCHA Entrada :13/3/2013 Retirada :13/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ	AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUN- CIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S): 1ª CÂMARA CÍVEL	2013.001023-8 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO APEDO : MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ : (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: WALBER JOSE VALENTE DE LIMA
2ª CÂMARA CÍVEL	3ª CAMARA CIVEL	1ª CÂMARA CÍVEL	1ª CÂMARA CÍVEL
2013.000380-0 APELAÇÃO CIVEL ARAPIRACA APETE : MUNICIPIO DE ARAPIRACA APEDO : MARIA GORETE NUNES DA SILVA Entrada :28/2/2013 Retirada :4/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 28/2/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: MARCOS BARROS MERO	2013.000771-2 APELAÇÃO CIVEL PALMEIRA DOS INDIOS APETE : ESTADO DE ALAGOAS APEDO : MARIAOLANGE ELIAS DA SILVA Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: MARCOS BARROS MERO	2013.000951-0 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO APEDO : MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ : (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ	2013.000421-1 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : ESTADO DE ALAGOAS APEDO : IRONEIDE DA SILVA GOMES Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ : (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: AFRANIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
2ª CÂMARA CÍVEL	CÂMARA CRIMINAL	1ª CÂMARA CÍVEL	1ª CÂMARA CÍVEL
2013.000394-1 APELAÇÃO CIVEL CORURIBE APETE : MUNICIPIO DE CORURIBE APEDO : NELA ALBUQUERQUE DE CASTRO SILVA Entrada :28/2/2013 Retirada :4/3/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 28/2/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: MARCOS BARROS MERO	2012.002851-7 APELAÇÃO CRIMINAL CAPITAL APETE : ALBERTO ALVES DE MORAES E OUTRO APEDO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :20/2/2013 Retirada :20/2/2013 Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013 (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 20/2/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	2013.000896-5 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : MUNICIPIO DE MACEIO APEDO : ALEXANDRE JOSE LEITE LIMA Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ : (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ARTRAN DE PEREIRA MONTE	2012.009426-2 AGRAVO DE INSTRUMENTO CAPITAL AGRATE : MUNICIPIO DE MACEIO AGRADO : BRENDAH HELOYSA SILVA SEIXAS REP.P/ MAE JOELMA SILVA SEIXAS Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ : (DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ARTRAN DE PEREIRA MONTE
		1ª CÂMARA CÍVEL	1ª CÂMARA CÍVEL
		2013.000986-4 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : MUNICIPIO DE MACEIO	2013.000746-8 APELAÇÃO CIVEL CAPITAL APETE : NADJA ALVES DE LIMA

APEDO :
MUNICIPIO DE MACEIO
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

3ª CAMARA CIVEL

2012.007427-7
REMESSA EX OFFICIO
CAPITAL
REMETENTE :
JUIZO
PARTES :
MUNICIPIO DE RIO LARGO
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
JOSE ARTUR MELO

3ª CAMARA CIVEL

2012.005249-1
AGRAVO DE INSTRUMENTO
NOVO LINO
AGRATE :
JOSE EVERALDO ALVES BARBOSA
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCOS BARROS MERO

3ª CAMARA CIVEL

2012.003060-8
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
VIVA AMBIENTAL E SERVIÇOS LTDA
AGRADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

3ª CAMARA CIVEL

2013.000070-1
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
AILTON VIEIRA LAURENTINO

AGRADO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

3ª CAMARA CIVEL

2012.009627-3
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
ESTADO DE ALAGOAS
AGRADO :
GIRLANEI SOARES GAMA E OUTROS
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

3ª CAMARA CIVEL

2013.000771-2
APELAÇÃO CIVEL
PALMEIRA DOS INDIOS
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
MARIAOLANGE ELIAS DA SILVA
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução :14/3/2013 Saidap/ TJ 14/3/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
MARCOS BARROS MERO

3ª CAMARA CIVEL

2012.007911-2
APELAÇÃO CIVEL
UNIAO DOS PALMARES
APETE :
CREDITO CERTO SOCIEDADE CONTABIL
REPSOCIOE
OUTROS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CÂMARA CRIMINAL

2012.002943-0
APELAÇÃO CRIMINAL
SAO MIGUEL DOS CAMPOS
APETE :
ANNA LUCIA ALVES DA SILVA

APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LEAN ANTONIO F.DE ARAUJO

CÂMARA CRIMINAL

2012.004100-3
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
JOSE ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL

2012.008274-8
APELAÇÃO CRIMINAL
CAPITAL
APETE :
JAIRO INACIO DA SILVA
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :14/3/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 14/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800016-86.2012.8.02.0900
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
BOCA DA MATA
PACIENTE :
MARCOS ANDRE DE CERQUEIRA SILVA:
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800050-27.2013.8.02.0900
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
PENEDO
PACIENTE :
JOSE WELLIGTON TAVARES DA ROCHA:
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800061-90.2012.8.02.0900
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
SAO JOSE DALAJE
PACIENTE :
EDMILSON PEDRO DA SILVA :
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800112-67.2013.8.02.0900
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
MARIA DA DORES DA SILVA :
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800080-62.2013.8.02.0900
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JOSILANES DOS SANTOS:
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

CÂMARA CRIMINAL-HC

0800131-73.2013.8.02.0900
HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
RICARDO JORGE ARAUJO FERREIRA :
Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 13/3/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CÂMARA CRIMINAL-HC	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)	TRIBUNAL PLENO CÍVEL	TRIBUNAL PLENO CRIMINAL
0800056-34.2013.8.02.0900 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL CAPITAL PACIENTE : CRISTIANO MARTINS DAVI: Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/TJ :	Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA	2012.007369-1 EXCECAO DE SUSPEIÇÃO SAO SEBASTIAO EXCIPIENTE: MARIA HELENA LISBOA DE ALMEIDA EXCEPTO : JUIZO DA COMARCA DE SAO SEBASTIAO Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :	2011.002008-2 Ação PENAL ORIGINARIA CAPITAL AUTOR : MINISTERIO PUBLICO REU : JAIR LIRA SOARES Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :
(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA	CÂMARA CRIMINAL-HC 0800015-04.2012.8.02.0900 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL CAPITAL PACIENTE : CLEILTON BASILIO GODOI: Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA
CÂMARA CRIMINAL-HC 0800019-07.2013.8.02.0900 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL SAO JOSE DA LAJE PACIENTE : CARLOS HENRIQUE COSTA CAROLA: Entrada :8/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: LUIZ BARBOSA CARNAUBA	TRIBUNAL PLENO CÍVEL 2012.001215-0 RECURSO ESPECIAL (APELAÇÃO CIVEL) UNIAO DOS PALMARES RECORTE : OSMAR DA SILVA MARQUES RECORRDO : MUNICIPIO DE SANTANA DO MUNDAU Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :	TRIBUNAL PLENO CRIMINAL 2012.008501-2 DESAFORAMENTO UNIAO DOS PALMARES REQUERENTE: JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE UNIAO DOS PALMARES REQUERIDO : ERALDO TADEU VIEIRA DOS SANTOS Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :
(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 8/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	CÂMARA CRIMINAL-HC 0800081-47.2013.8.02.0900 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL CAPITAL PACIENTE : JEFFERSON OLIVEIRA DOS SANTOS: Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA
CÂMARA CRIMINAL-HC 2012.008445-0 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL CAPITAL PACIENTE : FABIO SANTANA VIEIRA : Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	TRIBUNAL PLENO CÍVEL 2010.006636-0 RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CAPITAL RECORRENTE: THIAGO CONSTANTIN SANDOVAL RECORRIDO : BERNARDETTE BONFANTI TEIXEIRA SANDOVAL Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :	TANIA MARIA GOMES ASSESSORA ADMINISTRATIVA ===== >>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<< ===== AO(S) '14' DIA(S) DO MÊS DE MARÇO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:
(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	CÂMARA CRIMINAL-HC 0800086-69.2013.8.02.0900 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL CORURIBE PACIENTE : TYAGO FRANCISCO DA SILVA : Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	Proc. 1207/2013 Interessado: DR. JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: REQ. PAGTO DIARIAS Assunto: PAGAMENTO DE DIARIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
CÂMARA CRIMINAL-HC 0500023-38.2012.8.02.0000 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL PORTO REAL DO COLEGIO PACIENTE : EDMILSON BEZERRA DA SILVA: Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUUA	TRIBUNAL PLENO CRIMINAL 0001694-56.2012.8.02.0000 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RIO LARGO EMBARGANTE: ANTONIO LINS DE SOUZA FILHO EMBARGADO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :14/3/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :	Proc. 1208/2013 Interessado: MARIA JOSE ALVES DA SILVA-PROMOTORA JUSTIÇA Natureza: PEDIDO DE PROVIDENCIAS Assunto: REF.: LOCAÇÃO DAS SALAS E DEBITO COM A PAROQUIA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO. Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 13/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: LUIZ BARBOSA CARNAUBA	SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL 2013.000282-2 ACAO RESCISORIA CAPITAL AUTOR : ERONILDO MACHADO DE OLIVEIRA E OUTROS REU : ESTADO DE ALAGOAS Entrada :14/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: ANTIOGENES MARQUES DE LIRA	
CÂMARA CRIMINAL-HC 0800101-38.2013.8.02.0900 HABEAS CORPUS - CÂMARA CRIMINAL CAPITAL PACIENTE : MILENO GONÇALVES FERREIRA: Entrada :13/3/2013 Retirada :14/3/2013 Devolução : Saidap/ TJ :	(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 14/3/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: LUCIANO CHAGAS DA SILVA		

Proc. 4/2013
Interessado:
ANONIMO
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1199/2013
Interessado:
JANAINA RIBEIRO SOARES, DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
ABONO DE FALTAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1201/2013
Interessado:
PRESIDENCIA DA REPUBLICA- SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1202/2013
Interessado:
SIGILOSO
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1203/2013
Interessado:
SIGILOSO
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1204/2013
Interessado:
FERNANDO
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1205/2013
Interessado:
FABIO BATISTA
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1206/2013
Interessado:
ELCIO DE GUSMAO VERÇOSA
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1189/2013
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 28ª VARA CIVEL- INFANCIA E JUVENTUDE
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
AUSENCIA DO MINISTERIO PUBLICO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1200/2013
Interessado:
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
MANDADO DE INTIMAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1191/2013
Interessado:
DRA. ADEZIA LIMA DE CARVALHO, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO CONCESSAO DE FERIAS
Assunto:
CONCESSAO DE FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1190/2013
Interessado:
COMARCA DE MARIBONDO
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1198/2013
Interessado:
MOVIMENTO NACIONAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE)
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
AUMENTO DE VEREADORES EM MACEIO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1196/2013
Interessado:
ADILZA INACIO DE FREITAS, PRESIDENTE DA AMPAL
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS

Assunto:
REF.: PROCESSO N/PJ- 502/2013RE
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1184/2013
Interessado:
CLAUDIO LUIZ GALVAO MALTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1185/2013
Interessado:
DR. ALBERTO FONSECA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto:
RETORNO DE AUTOS PARA ALTERAÇÃO DE TAC.
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR

Proc. 1186/2013
Interessado:
DR. CLAUDIO LUIZ GALVÃO MALTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1187/2013
Interessado:
JACKSON COSTA DOS SANTOS, TECNICO DO MP
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
AUTORIZAÇÃO
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1188/2013
Interessado:
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ELEIÇÃO DE DIRETORES DE REDE PÚBLICA ESTADUAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1176/2013
Interessado:
TOCQUEVILLE - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBLICO
Natureza:
DENUNCIA

Assunto:
DESCUMPRIMENTOS DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E FISCAIS.
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA DA FAZENDA MUNICIPAL

Proc. 1183/2013
Interessado:
DR. GERALDO MAGELABARBOSAPIRAUÁ, PROCURADOR DE JUSTIÇA, DIRETOR DO 2º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MP.
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
NECESSIDADE DE SERVIDOR
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1194/2013
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
ENCAM. DOCUMENTO
Assunto:
PEÇAS DE INFORMAÇÃO 1.11.000.001560/2012-94
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1193/2013
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
ENCAM. DOCUMENTO
Assunto:
AUTOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.11.000.001583/2012-07
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1197/2013
Interessado:
ADILZA INACIO DE FREITAS, PRESIDENTE DA AMPAL
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
REMETENDO INFORMAÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1219/2013
Interessado:
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Natureza:
ENCAM. DOCUMENTO
Assunto:
CÓPIA DO DESPACHO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO -
ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA